

# A literatura infantil e juvenil nos currículos de Letras do Rio Grande do Sul

Zila Leticia Goulart Pereira Rêgo\*

## Resumo

O presente trabalho analisa a inclusão atual da disciplina de literatura infantil e juvenil (ou sua equivalente) nos cursos de Licenciatura em Letras das instituições de ensino superior do Rio Grande do Sul. A investigação volta-se para um *corpus* de quarenta e oito currículos e quatorze ementas, analisando aspectos como modalidade de inclusão, carga horária prevista, semestre de oferta e informações sobre o gênero contempladas nos documentos, o que permite refletir sobre as forças que atuam no sentido de garantir a oferta ou permitir a exclusão do gênero nos cursos de formação de professores.

*Palavras-chave:* Literatura infantil e juvenil. Cursos de Letras. Rio Grande do Sul.

## Introdução

Entre os tantos dilemas que assolam a educação brasileira nas últimas décadas, a questão da formação de leitores tem sido foco de atenção frequente da sociedade. Muito se tem discutido sobre as lacunas no desenvolvimento das habilidades de leitura por parte dos estudantes, um quadro que costuma assombrar pesquisas e derrubar índices de desempenho escolar, mobilizando políticas públicas e iniciativas mais ou menos isoladas. Trata-se de um tema complexo, que envolve não apenas a eficiência das metodologias de ensino frente à reali-

\* Graduação em Letras pela Universidade Federal de Santa Maria. Atualmente, é professora de literaturas de língua portuguesa e literatura infantil e juvenil da Universidade Federal do Pampa, campus Bagé/RS, atuando na graduação em Letras e no Mestrado Profissional em Ensino de Línguas da mesma instituição. Mestre e doutora em Lingüística e Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Email: zila.rego@unipampa.edu.br. Fone (51) 98344919

Data de submissão: set. 2016 – Data de aceite: dez. 2016

<http://dx.doi.org/10.5335/rdes.v12i2.6385>

dade dos leitores contemporâneos, mas também a própria formação dos mediadores de leitura, em especial, dos professores, justamente aqueles a quem cabe, no quadro real da sociedade brasileira, a tarefa de formar leitores e de incentivar hábitos perenes de leitura, inclusive e principalmente, de leitura literária. É nessa perspectiva que a reflexão sobre a formação desses professores ganha relevo, aquela que recebe a partir dos cursos de licenciatura em Letras e que está materializada em projetos pedagógicos e componentes curriculares eleitos para dar conta da formação pretendida. Ou seja, faz-se pertinente analisar as grades curriculares desses cursos, com especial atenção às disciplinas de literatura que contemplam e, nesse caso, a formação prevista para trabalhar com o acervo de literatura infantil e juvenil disponível hoje aos jovens, produção cultural rica e diversificada que precisa ser conhecida e incluída nas dinâmicas educacionais.

A inserção de algumas disciplinas de literatura nos cursos de Letras no Brasil equilibra-se entre diretrizes oficiais, interesses de pesquisa e demandas da sociedade, resultando, muitas vezes, numa presença contraditória. Enquanto parte de uma formação que busca preparar futuros professores, essas disciplinas têm se voltado, prioritariamente, para abordagens críticas e teóricas, relegando a esperada natureza pedagógico-metodológica que envolve uma licenciatura para o segundo plano. Dentro desse quadro, a presença, nesses currículos, de compo-

centes curriculares voltados à produção literária para crianças e jovens parece ilustrar, de modo produtivo, a pouca clareza quanto ao papel e à relevância de determinados saberes na formação de docentes de língua e literatura, uma situação que pode, entre outras, explicar as anteriormente referidas lacunas na formação de leitores por parte da escola.

O presente trabalho volta-se para a inclusão atual da disciplina de literatura infantil e juvenil (ou sua equivalente) nos cursos de Licenciatura em Letras das instituições de ensino superior do Rio Grande do Sul. A investigação, que faz parte de uma pesquisa mais ampla centrada no resgate da história e das concepções que envolvem a presença da disciplina em cursos de licenciatura do Estado, analisa aspectos como modalidades de inclusão nos currículos, carga horária prevista, categorias de informações contempladas nas ementas e referências selecionadas para discutir o gênero, permitindo levantar algumas hipóteses sobre objetivos e intenções que norteiam a presença desse conhecimento em cursos de formação de professores. Para cumprir tal tarefa, valemo-nos de um percurso que procura resgatar a trajetória histórica do gênero e suas características, por intermédio de autores, como Oliveira e Trevisan (2012), Hunt (2010), Zilberman e Magalhães (1983), Zilberman e Lajolo (1991 e 1993). Para refletir sobre sua inserção na área das Letras, apoiamo-nos em trabalhos de Mortatti (2008), além das pesquisas

desenvolvidas por pesquisadores ligados à Fundação Carlos Chagas, como Gatti (2008a). Finalmente, Goodson (1997) e Apple (1982) nos oferecem reflexões provocadoras sobre a ideia de currículo. Não sendo um empreendimento neutro, a perspectiva adotada na abordagem à literatura para crianças e jovens pode revelar o entendimento que a educação e a sociedade em geral têm sobre ela, bem como seu papel no vasto campo da formação humana

## Fundamentação teórica

Sabemos que a literatura infantil e juvenil é componente curricular que pode estar presente em mais duas áreas de formação, dependendo da instituição: na Biblioteconomia e na Pedagogia. No primeiro caso, a disciplina costuma aparecer como modalidade de acervo a ser estudado e catalogado de acordo com sua natureza e especificidade, passando ao largo de questões teóricas que envolvam o gênero ou de aspectos de ensino que com ela se relacionem. Já na Pedagogia, a presença da disciplina nos currículos é bastante variável e relativamente recente, estando quase sempre relacionada à educação infantil e às séries iniciais, atrelada às ideias de formação de hábitos e adoção de comportamentos, num entendimento que vincula a literatura infantil aos processos elementares de aprendizagem. Sua inserção nos currículos dos cursos de formação do magistério é detectada nas escolas normais paulis-

tas nas primeiras décadas do século XX, mais precisamente a partir dos anos 40 (OLIVEIRA; TREVISAN, 2012), e se justifica pela necessidade de habilitar os futuros professores a trabalhar com uma produção que se afirmava frente à expansão da escolaridade pelo país (ZILBERMAN; LAJOLO, 1991b). Tal inclusão nos cursos de magistério vai abrir caminho para a presença da literatura infantil na Pedagogia, especialmente a partir da década de 70, antecedendo sua inclusão nas Letras.

A retomada da inserção da disciplina de literatura infantil e juvenil em cursos de formação de professores no Brasil se confunde com a própria trajetória dessa produção e com a atenção e reflexão crítica que suscitou ao longo dos tempos. No resgate de sua gênese (ZILBERMAN; MAGALHÃES, 1983), descobrimos que a produção literária para a infância surge como consequência de transformações econômicas, políticas e sociais que se processaram na Europa a partir do século XVIII. A ascensão da burguesia às estruturas do poder acarretou tanto no aparecimento de um novo modelo familiar, tendo a criança como foco de interesse e preocupação, quanto na expansão da escolarização, que, por sua vez, permitiu a ampliação do público leitor, inclusive o infantil. Considerada em sua especificidade, a criança passa a gozar de cuidados e atenção, e a literatura infantil assume um caráter formador, atendendo às expectativas e interesses da classe emergente. Tal concepção comprometeu

a produção literária para a infância com a pedagogia, o que explica, em parte, o histórico desprestígio do gênero e a dificuldade em afirmar seu valor estético. No entanto, esse papel contraditório que faz com que a literatura infantil oscile entre concessões pedagógico-comerciais e adequação às especificidades do leitor visado permitiu o avanço no seu estudo e na qualificação do gênero. É na segunda metade do século XIX que, para além do compromisso com a educação, os interesses dos leitores infantis começam a ser delineados e atendidos por autores que se dedicam de modo mais consciente e comprometido à literatura para crianças, assegurando sua qualificação e expansão.

Nesse cenário, a literatura infantil ganha delineamentos mais nítidos no Brasil, embora já viessem sendo publicados livros para crianças no país, de modo bastante precário, desde a implantação da Imprensa Régia, em 1808. Consistiam basicamente em edições portuguesas de adaptações dos clássicos, com algumas experiências de tradução nacional (ZILBERMAN; LAJOLO, 1993), dentre as quais se destacam obras que justamente marcam os primórdios da literatura infantil no Rio Grande do Sul. Vai ser apenas a partir da Proclamação da República que a literatura voltada ao público jovem brasileiro se consolida, na esteira de transformações que tinham como finalidade confirmar a imagem de um país que se modernizava. O incremento da população urbana, a partir do

êxodo rural e da chegada dos imigrantes europeus, configura um recém-formado público consumidor, inclusive de literatura, atribuindo à escola um papel central no novo modelo social que se desenhava.

Dessa forma, os primeiros passos da literatura infantil e juvenil brasileira denunciam tanto a dependência a modelos europeus quanto uma tendência à veiculação de padrões linguísticos e comportamentais, o que significava pensar a literatura para crianças a partir de objetivos didáticos e modeladores. Vai ser o advento da obra de Monteiro Lobato, surgida a partir da década de 20, com *A menina do narizinho arrebitado* e enriquecida com novos títulos até o final de década de 40, que irá abrir outras perspectivas para esse tipo de produção, indicando um caminho de respeito às particularidades da infância através de um universo ficcional que tem sua voz e seu mundo representado. Daí em diante, o acervo de obras voltadas à infância no país ganhará fôlego, confirmando-se num importante segmento da indústria editorial brasileira, diversificado em suas formas, suportes e temas, e atraindo não apenas o público a que se destina, mas pesquisadores que reconhecem sua importância e procuram resgatar sua história dentro das letras brasileiras.

Tal tarefa, no entanto, reveste-se de dificuldades advindas, especialmente, de dois aspectos: de sua própria definição, que parte de um destinatário cada vez menos delineável e que deve dar conta de uma produção eclética e diversificada, e

da maneira dúbia com que a sociedade e o meio acadêmico concebem a literatura infantil e juvenil, reconhecendo seu valor pedagógico em detrimento de seu caráter estético. É bem verdade que, desde seu aparecimento, a literatura infantil acolheu um público bastante heterogêneo quanto à faixa etária e teve enquadradas, na sua moldura, obras que desafiavam as categorias “infantil” ou “juvenil”. Prova disso são os reendereçamentos de alguns títulos que, inicialmente, não se dirigiam a esse público, fato que se situa no nascedouro do gênero e que conta com exemplares relevantes na trajetória da literatura ocidental, como *Robinson Crusóé*, por exemplo. Hoje o público leitor de literatura infantil e juvenil é ainda mais elástico, transitando entre obras bastante diversas em estruturas, temáticas e suportes, o que rompe com enquadramentos etários mais rígidos. Tal fenômeno leva a autores como Hunt (2010) a buscar uma definição também bastante aberta, chamando a atenção para as condições circunstanciais que determinam seus limites e caracterizações:

Tal como a maioria das perguntas sugere suas respostas, assim também as definições são controladas por seu propósito. Dessa maneira, não pode haver uma definição única de “literatura infantil”. O que se considera um “bom” livro pode sê-lo no sentido prescrito pela corrente literária/acadêmica dominante; “bom” em termos de eficácia para educação, aquisição de linguagem, socialização/aculturação ou para o entretenimento de uma determinada criança ou grupo de crianças em circunstâncias específicas; ou “bom” em algum sentido moral, religioso ou político; ou ainda em um sentido

terapêutico. “Bom”, como uma aplicação abstrata, e “bom para”, como uma aplicação prática, estão em constante conflito nas resenhas sobre literatura infantil. (HUNT, 2010, p. 75).

Por outro lado, enquanto fenômeno cultural e social, a literatura infantil e juvenil é marcada por um certo desprestígio, seja por sua origem historicamente atrelada à escolarização, seja pela circulação de produções redutoras e simplificadoras do fazer literário, tornando seu estatuto estético questionável. Dessa forma, é possível compreender o lugar secundário que tem ocupado ao ser transformada em disciplina ou campo de pesquisa nos currículos de formação de professores e nas produções acadêmicas. Em evento significativo da área, o 2º Congresso Ibero-americano de Língua e Literatura Infanto-juvenil (Cilelij), realizado pela Fundação SM na Colômbia, o autor espanhol Gonzalo Moure (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2013) reconhecia, nas limitações do gênero (a tendência maniqueísta e a aptidão para formar e ensinar), uma justificativa para sua invisibilidade e marginalização nos meios acadêmicos.

Paradoxalmente, justamente a discussão sobre o reconhecimento de seu estatuto literário pode trazer à tona questões centrais da teoria e da crítica literária, acostumadas a se debruçarem sobre os limites de seu objeto de estudo, a literatura. Por ser um campo relativamente novo de investigação, a literatura infantil e juvenil oferece uma diversidade de gêneros, formas, destina-

tários e suportes que desafiam conceitos cristalizados, podendo, de uma certa forma, trazer luz e enriquecer as reflexões teóricas sobre o texto literário e as feições que este assume na contemporaneidade. Por outro lado, mobiliza diferentes campos conceituais e teóricos, oriundos de variadas áreas do conhecimento, como a Psicologia, a História e a Pedagogia, apenas para citar os mais evidentes, permitindo uma aproximação e um diálogo que pode ser bastante enriquecedor entre essas perspectivas. Hunt (2010), nesse sentido, faz uma provocação pertinente quando propõe pensar a própria teoria da literatura a partir da literatura infantil e vice-versa, num jogo que tende a beneficiar ambos os campos:

A literatura infantil, como objeto de estudo sério, mas não solene, brotou de um universo profissional extremamente eclético e comprometido, que tende a ser muito intuitivo e dedicado, mas não raro anti-intelectualizado. Tal como os avanços do pensamento crítico podem ser, e tem sido, adaptados para uso além da fortaleza acadêmica, assim também os que trabalham com crianças e livros poderiam se beneficiar de critérios para discernir o que está acontecendo nos textos e com os textos. (HUNT, 2010, p. 28).

O autor parece ter razão quando aponta para uma certa *informalidade* descontinuidade nos estudos sobre a literatura infantil e juvenil, fenômeno que podemos atestar numa busca rápida por trabalhos teóricos sobre o tema. No caso do Brasil, embora as reflexões críticas acerca do assunto surjam nas primeiras décadas do século XX, com destaque para Lourenço Filho e a obra

*Como aperfeiçoar a literatura infantil*, e Cecília Meirelles, com *Problemas da literatura infantil*, textos que datam de 1943 e 1949, respectivamente, ampliadas nas décadas seguintes por obras importantes como as de Leonardo Arroyo, Bárbara Vasconcellos de Carvalho, Nelly Novaes Coelho, Marisa Lajolo e Regina Zilberman<sup>1</sup>, não podemos dizer que haja uma tradição e uma produção *substancial* sobre o tema. Tal fato leva Mortatti (2008) a considerá-la a *prima pobre* da pesquisa em Letras, afirmando que a literatura infantil e juvenil é:

[...] um fenômeno complexo e multifacetado e um tema de pesquisa/campo de conhecimento ainda emergente, em nosso país; se a produção de LIJ brasileira já tem mais de 100 anos e sua quantidade aumenta em proporção geométrica, a produção *sobre* é septuagenária e em quantidade insuficiente, ainda, para contemplar a condição complexa e multifacetada do fenômeno que visa compreender. [...] (MORTATTI, 2008, p.5).

Com uma produção crítica recente e escassa, a literatura infantil e juvenil acaba tendo uma presença relativamente tímida nos cursos de formação de professores. Embora seja cada vez mais um tema emergente (e necessário, se pensarmos nas propaladas pesquisas que apontam o Brasil como um país de poucos leitores<sup>2</sup>), os estudos sobre o tema ainda não encontraram um lugar *confortável* e de reconhecimento no meio acadêmico, apresentando-se de forma difusa em outros cursos e áreas de formação, o que parece reforçar sua segregação na área que estaria mais apta a acolhê-la, as Letras.



As alterações promovidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 1996), entre outros avanços, permitiram a flexibilização curricular com o fim do currículo mínimo e abriram caminho para diretrizes curriculares que deram liberdade às instituições de ensino na definição dos estudos a serem privilegiados e na composição da carga horária. Nas orientações relativas à área das Letras (ORIENTAÇÕES CURRICULARES, 2002), há a previsão de levar o educando a conhecer o funcionamento e a estrutura de diferentes manifestações culturais, entre elas a literatura. Essa abertura sugere, por si mesma, a inclusão de fenômenos literários diversificados e amplia o campo de leitura dos futuros professores, atingindo inclusive e necessariamente a produção literária destinada ao público da educação básica, espaço onde educadores irão atuar.

No entanto, o número de cursos de Letras no Brasil que incluem a disciplina de literatura infantil e juvenil, ou sua equivalente, em seus currículos é muito pequeno, principalmente se levarmos em conta que se trata de uma área de formação superior das mais antigas no país<sup>3</sup>, o que poderia sugerir um amadurecimento sobre os estudos que devam privilegiar frente às demandas do mundo contemporâneo. Pesquisa realizada pela Fundação Carlos Chagas, por Gatti (2009a), nos currículos de Letras de todo o país, revela que em 17% do total das grades curriculares a disciplina de literatura infantil e juvenil se faz presente, enquanto na

grande maioria esse conhecimento não se especifica, surgindo de forma diluída ou a partir de generalidades. O problema de ementários imprecisos é também apontado por outra pesquisa (GATTI et al., 2008b) e atinge os cursos da área em geral, mas quando se trata do conhecimento sobre produção literária para crianças e jovens e suas metodologias de ensino o problema se acentua, conforme revela o trecho a seguir:

Na maioria dos cursos (83%) a análise qualitativa detectou foco impreciso, às vezes contraditório, com problemas em nomes de disciplinas e suas respectivas ementas, e ementas e respectivas bibliografias. Disciplinas de metodologia e de prática docente referem generalidades, sem abordagem específica, por exemplo, do processo de avaliação, tão enfatizado nos PCN, ou da Literatura Infantil e Juvenil. Essas ausências podem fazer supor que as diretrizes estão mais presentes no plano da retórica do que no da ação pedagógica. (GATTI et al., 2008b, p. 3).

Como podemos observar, as abordagens propostas ao gênero traduzem a falta de clareza quanto à pertinência de sua inclusão na formação em Letras e ao lugar na composição curricular que ela deva ocupar, se próxima às questões metodológicas e, nesse sentido, de competência da formação pedagógica, ou se relacionada às questões de cunho teórico-crítico que envolvem os estudos literários.

O olhar atento aos currículos revela que conhecimentos estão sendo legitimados pela academia, descortinando aqueles que ficam à margem quer por deliberada omissão, quer por diluição

em meio a outros considerados mais relevantes. Goodson (1997) chama a atenção para o testemunho público que esses documentos escritos dão das informações escolhidas e dos discursos que as legitimam.

O que importa salientar é que o currículo escrito - nomeadamente o plano de estudos, as orientações programáticas ou os manuais das disciplinas - tem, neste caso, um significado simbólico, mas também um significado prático. Simbólico, porque determinadas intenções educativas são, deste modo, publicamente comunicadas e legitimadas. Prático, porque estas convenções escritas traduzem-se em distribuição de recursos e em benefícios do ponto de vista da carreira. (GOODSON, 1997, p. 20).

O *status*, ou a falta dele, de que goza a área dos estudos da literatura infantil e juvenil se situa no centro de um ciclo vicioso em que a pouca relevância dada à sua inclusão nos currículos traz, também, como consequência, a baixa produção científica sobre a área, enfraquecendo a defesa de seu espaço nas composições curriculares. A já referida liberdade na elaboração desses documentos sugere que as pressões que moldam uma formação em Letras que tende a ignorar a produção literária para crianças e jovens advêm dos próprios docentes e profissionais da área. Apple (1982, p. 16) refere-se a eles como *agentes de uma tradição seletiva*, situando o educador num sistema que tem dificuldades em reconhecer a cientificidade e a seriedade dos estudos voltados ao tema. Como bem destacou o autor, há, nesse sentido, um currículo oculto em contra-

partida ao que é manifesto, um sistema de valorizações e silenciamentos que denunciam o comprometimento desse tipo de documento com questões históricas e ideológicas determinadas, entre as quais podemos citar o sentido de *menoridade* (ZILBERMAN; MAGALHÃES, 1983) atribuído a tudo que se relaciona à infância e à adolescência ou a desconfiança com que a academia olha para o campo da educação e suas práticas, em que, por sua história e natureza, a literatura infantil e juvenil se inclui. O reconhecimento da ausência de neutralidade nos currículos, segundo o autor, é fundamental para entender e superar equívocos na condução de um sistema educacional e seu aperfeiçoamento.

## Procedimentos metodológicos

Para o desenvolvimento desta pesquisa, realizamos uma abordagem quantitativa e qualitativa, uma vez que procuramos mensurar a frequência com que a disciplina de literatura infantil e juvenil, ou sua similar, aparece nos currículos dos cursos de Letras do Rio Grande do Sul e interpretar esses dados atribuindo-lhes significado que nos auxilie na compreensão dos mecanismos que justifiquem essa inserção e as escolhas que eles traduzem. Nesse sentido, a metodologia utilizada para o tratamento dos dados foi a análise de conteúdo que, segundo Bardin (1995), trata-se de:



Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 1995, p. 42).

Para embasar nossa reflexão, foram analisados quarenta e oito currículos de cursos de Licenciatura em Letras oferecidos por vinte e quatro instituições públicas e privadas do Rio Grande do Sul, entre universidades e centros universitários, dos quais um era ofertado na modalidade EAD e quarenta e sete, na presencial. Os aspectos analisados nos currículos foram modalidade de inserção (obrigatória ou eletiva/opcional), carga horária do componente, semestre da oferta e título atribuído à disciplina. Também tivemos acesso a quatorze ementas e bibliografias básica/complementar da disciplina de literatura infantil e juvenil, ou sua equivalente e, nesses documentos, observamos os conhecimentos e percursos teóricos privilegiados, bem como as referências selecionadas.

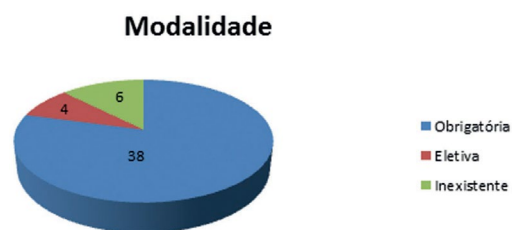
## Resultados e análise

As informações obtidas revelaram, num primeiro momento, o fato de se tratarem de currículos relativamente novos (em torno de cinco anos), criados recentemente ou frutos de reformulações que se fizeram necessárias a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação

de 1996, do Plano Nacional de Educação de 2001 e das Diretrizes Curriculares do Curso de Letras. A ênfase dada nesses documentos ao caráter didático de todas as disciplinas, à necessidade de aproximação entre teoria e prática desde o início do curso, tem consequências, como veremos a seguir, na inclusão da literatura infantil e juvenil em núcleos didáticos ou teóricos dos currículos, traduzindo a perspectiva adotada: a de um conhecimento que pertence ao campo teórico da literatura ou a de um saber que envolve especificamente a sua didática.

Antes mesmo de buscar o lugar ocupado no campo curricular, importa observar a modalidade de inserção da disciplina. Dos quarenta e oito currículos analisados, a literatura infantil e juvenil é obrigatória em trinta e oito e eletiva em quatro, o que indica sua presença em quase 80% das graduações em Letras do RS (Gráfico 1).

Gráfico1 – Modalidade de oferta nos quarenta e oito currículos analisados



Fonte: elaborado pela autora.

Os números obtidos confirmam a inserção maciça da disciplina, com destaque para a modalidade obrigatória, o que sugere um avanço no RS em relação ao

entendimento sobre o papel desse campo de estudo para a formação de professores da educação básica, principalmente se levarmos em conta a realidade brasileira apontada pela já mencionada pesquisa da Fundação Carlos Chagas. Tal fato, talvez, relacione-se com uma tradição do estado em pesquisas na área, embora a consciência sobre sua relevância tenha nascido em terras paulistas. A primeira oferta da disciplina de literatura infantil na graduação em Letras ocorreu em 1980 na USP, como optativa, consequência do empenho de Nelly Novaes Coelho, professora dedicada, nas últimas décadas, à pesquisa sobre o tema, sendo hoje referência nos estudos da área. Em entrevista à *Revista Linha d'Água* (2003), a pesquisadora situa o surgimento do interesse da academia por essa produção em meados da década de 60 e como consequência da explosão de publicações criativas e inovadoras que solicitavam uma reflexão atenta daqueles que se viam envolvidos com a educação. Nesse sentido, despontam à época no país uma série de eventos que se debruçam sobre a produção literária para crianças, vista a partir de então em seu caráter libertário e não mais como instrumento doutrinador. A consequência dessas primeiras reflexões foi a inclusão desse material na formação de professores, algo que Coelho reconhece vir se dando de forma gradual até hoje, constituindo-se um saber cuja presença na área das Letras ainda é questionada.

Pesa nessa questão, como vimos anteriormente, o próprio desprestígio de que

o gênero sofre em relação ao acervo da literatura em geral: vista como “menor”, uma subliteratura ou um produto mais afeito à cultura de massa, sua inclusão nos cursos de graduação tem sido tímida, fruto de bandeiras levantadas por críticos e estudiosos da produção cultural para a infância que não desistem de destacar a relevância desse estudo quando se trata da formação de professores e mediadores. Parece ser este o caso do Rio Grande do Sul, palco da atuação de pesquisadores importantes sobre o gênero, como Regina Zilberman, Vera Teixeira de Aguiar e Maria da Glória Bordini, que se dedicaram ao longo dos últimos trinta anos ao estudo da literatura infantil e juvenil e seus processos de ensino. Especialmente a partir dos cursos de pós-graduação da PUCRS, formou-se um grupo de profissionais que levaram um olhar atento ao gênero a outras instituições de ensino superior, no estado e fora dele, o que talvez explique o alto percentual de cursos que oferecem a disciplina no estado.

Outro dado relevante que atesta essa valorização é a carga horária relativamente alta atribuída à disciplina por semestre, 60h/a, o equivalente a quatro créditos, em cerca de 70% dos cursos (Gráfico 2). Tal fato pode ser considerado um avanço se levarmos em conta que, até a década de 90, esse conhecimento sequer se recortava como específico nos currículos. A literatura para crianças e jovens se diluía nas literaturas brasileiras ou nas práticas e metodologias

de ensino, sendo, na maioria das vezes, considerado assunto pertinente à área da educação, e não produção concernente à formação em Letras.

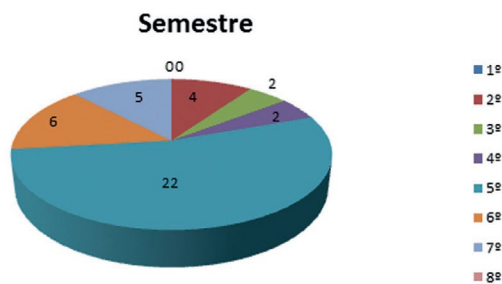
Gráfico 2 – Total de 42 disciplinas analisadas



Fonte: elaborado pela autora.

Se a modalidade de inserção e a carga horária indicam um avanço no reconhecimento da relevância dos estudos de literatura infantil e juvenil para a formação de professores, o semestre em que figura o componente a ela dedicado nos currículos reafirma a sua identificação com o campo pedagógico, pois ele aparece, na maioria das grades, da metade para o final do curso (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Semestre em que a disciplina está prevista na grade curricular



Fonte: elaborado pela autora.

A ausência da disciplina no primeiro semestre dos cursos, além de indicar uma tendência à identificação desta com a formação pedagógica (estágios e/ou disciplinas práticas), invariavelmente concentrada ao final do curso (embora as orientações oficiais insistam em sua inserção desde os primeiros semestres de formação), também ignora o próprio papel formador que a produção literária infantil e juvenil tem em relação aos alunos ingressantes na área de Letras. Grande parte deles vem com pouquíssima caminhada de leitura e com significativas lacunas de referências literárias, inclusive do acervo infantil e juvenil. Uma experiência posta em prática pelo Curso de Letras – Português da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), *campus* Bagé, através da oferta da disciplina *Leituras de formação*<sup>4</sup> no primeiro semestre do curso, tem procurado oferecer estudos sobre o gênero, a partir de um acervo nacional e estrangeiro, que se convertam numa via de mão dupla: formam leitores e habilitam mediadores.

A evolução dos estudos críticos sobre essa produção, por outro lado, parece determinar o nome que ela recebe quando transformada em componente curricular da área das Letras. Embora predomine a identificação como *literatura infanto-juvenil*, mantendo o entendimento de que, ao se tratar de um curso que forma professores para atuar nas séries finais do ensino fundamental e no ensino médio, o acervo destinado a esse público é o que se pauta pela identificação infantil

e juvenil, a especificidade de cada um dos dois públicos leitores atendidos já produz nomes com essa fragmentação (*literatura infantil e juvenil* ou *literatura para crianças e jovens*). Também a ampliação dos suportes de leitura e a estreita, e por vezes dúbia, relação que as obras literárias mantêm com outros produtos destinados a essas categorias de leitores, resultam no aparecimento de disciplinas que procuram abarcar tal multiplicidade, recebendo nomes como *literatura e produção cultural para crianças e jovens*, por exemplo.

Encontramos ainda, no conjunto de grades analisadas, um curso de Letras que oferece a disciplina de *literatura juvenil*, excluindo a infância de seu foco. Trata-se de nomenclatura que talvez corresponda a um público recentemente identificado como *young adult*<sup>5</sup>, uma elástica categoria de leitores jovens na qual podem se incluir crianças, jovens e adultos. Há outro que, por meio do componente *Literatura contemporânea na escola*, sinaliza a perspectiva da escolarização em sua abordagem, assim como um recorte no acervo literário atual, tencionando a já clássica equação cânone x gosto que costuma acompanhar as discussões sobre formação de leitores.

De qualquer forma, todas essas opções, à exceção desta última, situam a disciplina dentro do campo dos estudos literários, sejam críticos, sejam teóricos, e não denunciam, por si só, uma preocupação com o ensino do gênero ou com a didatização desse saber. As ementas

analisadas, no entanto, mostram que os aspectos metodológicos também estão ali contemplados e se desdobram das preocupações conceituais. Diferentemente, algumas grades curriculares trazem o conhecimento acerca da literatura infantil e juvenil atrelado a práticas de ensino de modo mais ou menos explícito. Disciplinas como *Prática docente: Literatura Infanto-juvenil*, *Literatura e leitura na escola*, *Literatura Infantil na Educação Básica* e *Ensino de Literatura* situam o gênero no campo da educação dando-lhe maior ou menor ênfase e resolvendo, com essa opção, um dilema que assola os cursos de Letras, segundo Marisa Lajolo(s/d), desde a criação destes: considerar o ensino de literatura, por exemplo, assunto para outros espaços e outros especialistas. A escolha por incluir seu estudo a partir de disciplinas de caráter didático-metodológico, que têm claramente a escolarização como foco, pode ser entendida como uma conquista, desde que seja assegurado o respeito ao estatuto do gênero e à sua natureza estética.

Tal necessidade talvez explique a ênfase dada, na totalidade das ementas analisadas, à abordagem histórica da literatura infantil e juvenil, à trajetória percorrida desde as circunstâncias de seu surgimento, em meados do século XVIII a partir dos contos folclóricos e das adaptações e reendereçamentos, ao seu entrelaçamento com as mudanças econômicas e sociais que se davam na Europa de então, especialmente as que

dizem respeito à ascensão da burguesia e ao advento da escola nos termos que hoje conhecemos. Saber da gênese e formação do gênero parece ser, consensualmente, o ponto de partida para a construção de critérios de abordagem e seleção de obras.

Já o estudo do percurso da literatura infantil em terras brasileiras é menos frequente nas ementas, embora as emblemáticas obras de Regina Zilberman, Marisa Lajolo (*Literatura Infantil brasileira*) e Nelly Novaes Coelho (*Panorama histórico da literatura infantil e juvenil brasileira*) tenham quase presença obrigatória na maioria das bibliografias. Quando se trata de considerar a produção nacional, geralmente Monteiro Lobato aparece como tópico específico, identificado como divisor de águas da literatura infantil brasileira e parâmetro para a produção subsequente. Pouco se vê de menção à produção contemporânea, tão diversificada como criativa. Nesse sentido, a disciplina repete o tom de todo o ensino de literatura em geral, quando o cânone ocupa lugar central dos programas, com uma ou outra aventura por novos autores e suportes alternativos. Chama a atenção também a ausência quase maciça, nos ementários, de estudos sobre o papel da ilustração na literatura infantil, sugerindo as dificuldades da academia em lidar com um gênero que solicita um conhecimento multidisciplinar.

Os aspectos teóricos que envolvem a literatura infantil e juvenil também apa-

recem na grande maioria das ementas, como uma preocupação em abordar a especificidade dessa produção. Conceitos como *transitoriedade do gênero e relação assimétrica entre texto e leitor* são determinantes para a construção de critérios de seleção de obras pelos professores, assim como para o desenvolvimento de metodologias adequadas à sua abordagem. Como bem alertou Hunt (2010), de fato, encontramos uma profusão de trabalhos e propostas de abordagem à literatura infantil e juvenil que se ressentem de aprofundamento, de conhecimento dos seus princípios básicos, o que torna ainda mais significativa a presença da disciplina nos cursos de Letras, campo onde a relevância dos estudos literários é permanentemente questionada, obrigando especialistas a reafirmar sua natureza humanizadora, a defender seu papel na educação e na sociedade em geral.

No entanto, ao analisar o ementário em questão, em nenhum momento encontramos referência explícita à crítica da literatura infantil e juvenil ou ao desenvolvimento de políticas relacionadas ao livro e à leitura, temas transversais que também influenciam o acesso aos textos literários e validam o espaço que ocupam nos cursos de licenciatura. Com um número significativo de eventos na área acontecendo pelo país e uma produção de pesquisa que tem procurado se afirmar através de publicações de fôlego, ainda que esparsas e descontínuas, é de se destacar a ausência de menção a essa crítica.

As ementas, por outro lado, revelam uma preocupação em assegurar um espaço específico para leitura e discussão do gênero lírico destinado aos leitores infantis e juvenis. Sete ementas apresentam tópico específico sobre poesia e o resgate ao acervo folclórico aparece mencionado em alguns deles, uma associação com a cultura oral que também envolve as narrativas e que mostra a valorização da cultura brasileira. O teatro é, nesse sentido, a grande ausência quando se trata de abarcar os gêneros literários, pois não é mencionado em nenhuma ementa analisada. Sabemos que a produção teatral para esse público não chega a ser abundante no Brasil, mas as experiências significativas com o gênero entre os jovens justificariam sua inserção. Invariavelmente, dramatizações surgem como alternativa metodológica na exploração de obras literárias em livros didáticos ou publicações dedicadas ao ensino de literatura, mas o acervo de obras dramáticas produzidas no país para o público infantil e juvenil não está contemplado nos estudos acadêmicos, o que o torna ainda mais desconhecido e marginalizado.

Tal presença tímida, ou quase nula, revela o jogo de forças, já apontado por Apple (1982), que opera nos currículos e que se traduz nas ementas. Nesse caso específico, a luta pode ser observada na opção por recortes menos afeitos ao público-alvo, como os contos de fadas, que ganham espaço destacado em alguns ementários enquanto narrativas

fundadoras do gênero, embora estejam mais próximas dos leitores iniciantes, das séries iniciais, e não do público que transita no ensino fundamental e médio. Outra ausência significativa observada é a abordagem ao texto-imagem e às experiências gráficas em geral, tópico fundamental nesse tipo de produção e, muitas vezes, determinante na sedução de leitores. Justamente por isso, recebe especial atenção das editoras, mas não figura nos documentos.

Da mesma forma, a menção à literatura em outros suportes, em especial, nos aparelhos e tecnologias, não está nas ementas, apontando para o predomínio da consideração do acervo físico nas leituras e avaliações. Numa época em que crianças e jovens leem cada vez mais na diversidade de suportes tecnológicos disponíveis, soa anacrônica a consideração apenas do texto impresso como foco de atenção e interesse. Da mesma forma, a produção literária escrita apenas na e para a rede é ignorada, ainda que tais experiências envolvam cada vez mais um número amplo de leitores.

A dificuldade em considerar a diversidade que envolve o universo literário destinado aos jovens também compromete a inserção do acervo de obras contemporâneas nas ementas. Isso é especialmente significativo se considerarmos que muitos dos alunos que chegam hoje aos cursos de Letras são leitores dessa literatura de massa, das sagas juvenis, e seria adequado pensar que refletiriam sobre estas no curso e na disciplina de



literatura infantil e juvenil. No entanto, a ênfase recai sobre o canônico (o que, de resto, ocorre com a literatura em geral nos programas), dificultando a aproximação crítica de obras que estão, de fato, no cotidiano dos jovens.

Finalmente, cabe destacar que, ao lado dos aspectos teóricos e históricos, todas as ementas analisadas preveem o estudo da escolarização da literatura infantil e juvenil, especialmente aspectos metodológicos que dão conta da sua abordagem no meio escolar. Essa ênfase é pertinente e pode ser explicada, também, pela tradição pedagógica que sempre acompanhou a literatura infantil e juvenil, além do fato de que, é apenas nos meios escolares que as crianças e adolescentes recebem algum tipo de convite ou mediação de leitura literária. A aproximação entre escola e literatura é tão evidente que encontramos em uma ementa a previsão de pensar sobre o gênero a partir de aspectos linguísticos (estudos da linguagem) e de educação ambiental, o que mostra o quanto ainda precisamos caminhar na compreensão das especificidades dessa modalidade literária.

## Considerações finais

Todos esses aspectos até aqui levantados apontam para resultados parciais, mas que já podem configurar algumas conclusões. A primeira e mais evidente é a incontestável presença dessa disciplina nos cursos de Letras do Rio Grande do

Sul, fruto, acreditamos, do pioneirismo de pesquisadores vinculados a cursos de pós-graduação que fomentaram o interesse e a investigação teórica sobre a literatura infantil e juvenil nas últimas décadas. A rede de profissionais que se formaram a partir desses estudos parece ter garantido a sua multiplicação, fazendo com que apareçam na gênese das licenciaturas. Como campo de forças, os currículos de Letras, pelo menos no estado em questão, já revelam um avanço na valorização da literatura infantil e juvenil e no entendimento da relevância desse conhecimento para professores que se deparam com o desafio não apenas de formar leitores, mas de entender quem são e o que leem ou precisam ler as crianças e jovens que chegam às escolas de hoje.

Além disso, as ementas evidenciam um dilema que subjaz a inserção dessa disciplina nos cursos de Letras: afinal, a que objetivos atende? Formar os professores leitores, dar a conhecer um acervo desconhecido desses sujeitos? Aproximá-los criticamente de uma produção que parece traduzir, mais do que qualquer outra, o momento de transição por que passa a literatura contemporânea? Ou será que a disciplina estará condenada a migrar definitivamente para outros cursos, em que a acolhida pode vir acompanhada de uma submissão a alguns princípios que ignoram suas características essenciais? Por outro lado, se a disciplina tem sua inclusão tardia nos currículos e não fez parte da formação

dos atuais professores universitários, nem de suas pesquisas, quem se responsabilizará pela disciplina? Fica, da análise proferida nesta pesquisa, a certeza de que a literatura infantil e juvenil emerge nos currículos à medida que a própria sociedade passa a compreendê-la em seu valor e relevância, algo que passa, inevitavelmente, pela consciência de sua complexidade e abrangência.

Essas e outras questões permanecem em aberto e talvez a análise mais profunda dos objetivos e programas desenvolvidos nas disciplinas de literatura infantil e juvenil dos cursos de Letras de todo o país permita entender as forças que atuam na garantia do espaço que a produção tem na formação dos professores, bem como na qualificação dessa oferta. De qualquer forma, a presença evidente dessa modalidade literária nas licenciaturas pesquisadas sugere que, nas próximas décadas, os frutos colhidos poderão vir na forma de novos e perenes leitores e, quem sabe, de fortalecimento da pesquisa acadêmica sobre a produção infantil e juvenil.

## Children's and youth literature in the Rio Grande do Sul Letters curricula

### Abstract

This paper analyzes the current inclusion of the subject of children's and youth literature (or its equivalent) in the courses of Degree in Letters of higher education institutions of Rio Grande do Sul. The investiga-

tion turns to a corpus of forty-eight curriculums and fourteen menus, analyzing aspects such as type of inclusion, scheduled hours, offering half and information on gender included in the documents, which allows reflect on the forces that act to ensure the offer or allow exclusion of gender in training courses teachers.

*Keywords:* Children's literature. Language courses. Rio Grande do Sul.

## Notas

- <sup>1</sup> Estamos nos referindo às obras *Compêndio de literatura infantil*: para o 3º ano normal, de Bárbara Vasconcelos de Carvalho, publicada em 1959 pelo INEP; *Literatura infantil brasileira*, de Leonardo Arroyo e publicada em 1968 pela Melhoramentos; *A literatura infantil: história, teoria, análise*, de Nelly Novaes Coelho e publicada em 1984 pela Quíron e *Literatura infantil brasileira: história & histórias*, de Regina Zilberman e Marisa Lajolo, publicada em 1984 pela Ática.
- <sup>2</sup> A quarta edição da Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, promovida pelo Instituto Pró-livro, e divulgada em maio de 2016, indica que apenas um pouco mais da metade da população (56%) é leitora. Dados podem ser obtidos no link: <http://prolivro.org.br/home/atuacao/28-projetos/pesquisa-retratos-da-leitura-no-brasil/8042-downloads-4eprlb>.
- <sup>3</sup> Conforme Fialho e Fideles (2008), o primeiro curso de Letras do Rio Grande do Sul surgiu em 1940 junto à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras que, inicialmente, funcionou junto ao Colégio Nossa Senhora do Rosário, em Porto Alegre. Posteriormente, fez parte do conjunto de faculdades que vieram a compor, em 1948, a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- <sup>4</sup> A ementa da disciplina traz o seguinte percurso: *Hábito de leitura e formação do gosto. Prosa e poesia universal para leitores infantis e juvenis. Produção brasileira para infância e adolescência: obras e autores significativos*. Acesso ao PPC do Curso de Letras-Português e Literaturas de Língua Portuguesa da Unipampa Campus Bagé em: <http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/letrasportugueseliteraturas/>.

<sup>5</sup> Em caloroso debate, escritores, editores e especialistas debateram sobre o tema na última feira do livro de Edimburgo, realizada no início de setembro de 2016, conforme notícia o site <http://www.actualidadliteratura.com/debate-la-feria-del-libro-edimburgo-young-adult/>. Acesso em: 14 set. 2016.

## Referências

- APPLE, M. *Ideologia e currículo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1995.
- BRASIL. *Diretrizes e Bases*. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[www.mec.gov.br/home/ftp/LDB.doc](http://www.mec.gov.br/home/ftp/LDB.doc)>. Acesso em: 14 set. 2016.
- BRASIL. *Resolução CNE/CP 1/2002*. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/cne/pdf/CP012002.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2016.
- CARARO, A. Há razões para ignorar a literatura infantil, diz escritor espanhol. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 7 mar. 2013. Estadão Educação. Disponível em: <<http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,ha-razoes-para-ignorar-a-literatura-infantil-diz-escritor-espanhol,1005815>>. Acesso em: 13 set. 2016.
- FIALHO, D. da S.; FIDELES, L.L. As primeiras faculdades de Letras do Brasil. *Revista Helb*, Brasília, DF, v. 2, jan. 2008.
- FILHO, L. Como aperfeiçoar a literatura infantil. *Revista Brasileira*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 7, p. 146-69, 1943.
- GATTI, B. *Formação de professores para o ensino fundamental: estudos de currículos das licenciaturas em pedagogia, língua portuguesa, matemática e ciências biológicas*. São Paulo: FCC/DPE, 2008a.
- GATTI, B.A. et al. *Formação de professores para o ensino fundamental: instituições formadoras e seus currículos; relatório de pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Fundação Vitor Civita, 2008b. 2v.
- GOODSON, I. F. *Construção social do currículo*. Lisboa: Educa, 1997.
- HUNT, P. *Crítica, teoria e literatura infantil*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.
- LAJOLO, M. *No jardim das Letras, o pomo da discórdia*. Projeto memória de leitura. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/iel/memoria/Ensaios/pomo.htm>>. Acesso em: 19 set. 2015.
- MORTATTI, M.R.L. Literatura infantil e/ou juvenil: a “prima pobre” da pesquisa em Letras. *Guavira Letras*. Revista do Programa de Pós-graduação em Letras da UFSM, v. 6, p. 44, mar. 2008.
- OLIVEIRA, F. R.; TREVISAN, T. A. A literatura infantil na formação de professores primários no Brasil: contribuições de Bárbara V. de Carvalho (1959) e Antônio D’Ávila (1961). *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 12, n. 36, p. 359-379, maio/ago. 2012.
- REVISTA LINHA D’ÁGUA. *Entrevista da professora Nelly Novaes Coelho à Linha d’Água*, n. 16, p. 11-14, set. 2003.
- ZILBERMAN, R.; MAGALHÃES, L.C. *Literatura infantil: autoritarismo e emancipação*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1983.
- ZILBERMAN, R.; LAJOLO, M. *Literatura infantil brasileira*. História & histórias. São Paulo: Ática, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Um Brasil para crianças: para conhecer a literatura infantil brasileira; história, autores e textos*. 4. ed. São Paulo: Global, 1993.